

Título: Maior poder do Congresso trouxe disfuncionalidade ao setor elétrico
Veículo: Broadcast Energia
Data: 21/08/2025

ACENDE BRASIL/CLAUDIO SALES: MAIOR PODER DO CONGRESSO TROUXE DISFUNCIONALIDADE AO SETOR ELÉTRICO

15:43 21/08/2025 ✓



Por Denise Luna

Rio, 21/09/2025 - O Congresso Nacional precisa deixar de assumir para si o papel de uma agência reguladora, para o qual ele não está preparado, e estabelecer uma legislação que dê os princípios pelos quais a agência reguladora e todos os outros agentes do setor vão funcionar, criticou o presidente do Instituto **Acende** Brasil, Claudio Sales. Em evento promovido pelo instituto de dois em dois anos, Sales afirmou que o setor elétrico está "disfuncional", com o Brasil correndo mais risco de apagões do que deveria correr, e pagando muito mais caro pela energia elétrica do que deveria pagar.

"Hoje nós estamos operando o sistema elétrico consumindo a reserva operativa. Então, qualquer acidente de percurso pode se reverter em algum tipo de apagão. Além disso, a energia está custando muito mais cara do que devia", disse, referindo-se a uma reserva que todo sistema elétrico precisa manter para acionar em caso de acidentes.

Sales avalia que o poder maior concedido ao Congresso pelo Poder Executivo, nos últimos anos, é uma das causas da desorganização do setor elétrico, e convocou os agentes do setor presentes no evento a sensibilizarem deputados e senadores para a necessidade de deixar as regras para quem tem respaldo técnico.

"O que se espera do Congresso é que ele estabeleça as leis que promovam os princípios básicos nos quais o setor deve funcionar, e não propor uma regra específica, que cabe à agência reguladora ter a solução técnica para aquilo, fazendo consultas públicas, etc. Porque o setor elétrico é muito técnico, ele tem que obedecer a lei da física. Então, o fato de que isso está acontecendo hoje está promovendo a disfuncionalidade do setor", explicou.

"Para que isso funcione, o arcabouço institucional tem que ser bem claro, bem transparente, e com uma perspectiva de longo prazo, sem volatilidade, sem mudanças abruptas de regras, sem influências específicas que beneficiem um grupo", acrescentou.

Ele destacou que com essas disfunções, muitas delas promovidas por leis específicas do Congresso que favorecem um grupo em detrimento de outro, vão sendo colocados subsídios e a conta vai encarecendo para o consumidor, apesar da eletricidade ser barata no Brasil. "Os subsídios, que são encargos pagos pelo consumidor, cresceram estratosféricamente, e por isso a energia está mais cara e com maior risco. Então esse é o grande desafio nosso, fazer mais barato e com menos risco", afirmou.

A questão do *curtailment*, que é o corte de energia forçado, é um desses exemplos, disse Sales. Segundo ele, a matriz elétrica se expandiu de maneira equivocada, porque não se expandiu baseada em princípios energéticos ou econômicos e de competição entre as diferentes fontes. "Se expandiu porque algum grupo de interesse conseguiu um subsídio tão gigante para si que então cresceu muito mais do que o Brasil precisa", concluiu. "Esse tipo de fenômeno está acontecendo e é um dos graves problemas que foram criados por conta dessa, em certo sentido, desgovernança institucional, e que agora tem que ser corrigida".

contato:denise.luna@estadao.com